

A exemplo do Google, X proíbe anúncio político na rede no Brasil

TSE prevê responsabilização de big techs por conteúdos considerados fake news, grave ameaça ou discurso de ódio

sonar
A ESCUTA DAS REDES

NICOLAS JORY
nicolas.jory@globo.com.br

A rede social X (ex-Twitter) decidiu proibir anúncios com conteúdo político na plataforma no Brasil. A mudança ocorre na última semana do prazo dado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para adequação dos provedores às novas regras que tornaram mais rígidos os mecanismos de controle sobre propagandas de candidatos na internet. O Google, responsável pelo site de buscas e também por plataformas como YouTube e Gmail, já havia anunciado a mesma restrição, que entrou em vigor no dia 1º de setembro.

A atualização das regras da big tech de Elon Musk foi feita sem alarde, a partir da retirada do Brasil da lista de nações onde esse tipo de publicidade é permitida. Segundo os registros do arquivo on-line "Wayback Machine", o Brasil figurava até segunda-feira na rede de países onde os anúncios políticos são autorizados. A informação foi publicada pelo jornal "Folha de S. Paulo" e confirmada pelo GLOBO.

O X considera que anúncios com conteúdo político

são aqueles que fazem referência a candidatos, partidos, servidores eleitos ou nomeados pelo governo, eleições, referendos, medidas eleitorais, legislação, regulamentação ou resultados judiciais. Campanhas que pedem expressamente votos ou o suporte financeiro para uma candidatura, ou que apoiem ou se postem contra determinado partido ou partido já em proibição na rede social.

MAIS RESPONSABILIDADE
O TSE aprovou em fevereiro uma resolução que exige das plataformas o "aprimoramento de suas capacidades tecnológicas e operacionais" e delega às empresas de tecnologia a implementação de um repositório, "em tempo real", que contenha as informações de cada campanha publicitária paga por políticos. A Corte deu prazo de 60 dias para as empresas se adequarem, prazo contado a partir de 1º de março. A nova regra torna as big techs "solidariamente responsáveis, civil e administrativamente" quando não retirarem do ar, de maneira "imediata", conteúdos que possam ser considerados fake news, grave ameaça ou discurso de ódio.

O Google, ao decidir abrir mão dos ganhos com a publicidade de políticos, considerou que seria inviável mode-



Decisão. Com Musk é o dono do X, sem a rede social, plataforma retira o Brasil da lista de nações em que propagandas com conteúdo político são permitidas

RESOLUÇÕES DO TSE PARA AS ELEIÇÕES

Papel das redes
O TSE estabeleceu que as plataformas sejam responsáveis pela implantação de medidas que impeçam a publicação de conteúdo irregular que atinja a integridade do pleito. Também prevê responsabilização se as redes não retirarem conteúdos com ataques à democracia e discursos de ódio.

Inteligência artificial
Será preciso identificar com rótulos conteúdos criados a partir da manipulação ou edição

de imagens, áudios e vídeos por meio de tecnologias de inteligência artificial generativa.

Deepfake
Resolução veda o uso dos chamados deepfake, conteúdos criados por inteligência artificial para falsar e recriar sons e imagens digitalmente com o objetivo de substituir ou alterar o rosto ou voz de uma pessoa, e dessa forma, prejudicar ou favorecer uma candidatura.

Comunicação com chatbots
Norma da Corte também tem restrição

ção ao uso de chatbots e avatares para intermediar a comunicação da campanha com os eleitores. Não será permitido simular interlocução com candidato ou outra pessoa real.

Artistas nas redes
Haverá medidas de proteção à liberdade de expressão de artistas e influenciadores, que poderão divulgar posição política em shows, apresentações, performances artísticas e perfis e canais na internet. Mas terão que fazer isso de forma voluntária, sem que sejam contratados ou remunerados.

rar tantos anúncios numa eleição que ocorrerá em mais de cinco mil municípios. Também temia que a amplitude do conceito de conteúdo político-eleitoral definido pelo TSE traga insegurança para a moderação.

Já o X não justificou sua decisão de também suspender campanhas políticas na plataforma. O GLOBO solicitou manifestação da empresa, mas recebeu uma resposta automática por e-mail: "Ocu-

pado agora, por favor, tente novamente mais tarde". O dono da rede social é o atual presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes. No mês passado, Elon Musk disse que o magistrado é um "ditador brutal" e defendeu sua renúncia ou impeachment, ameaçando descumprir determinações da Justiça brasileira para suspender contas na rede social.

Desde que foi comprado

pelo empresário sul-africano, o antigo Twitter reduziu sua transparência tanto em relação à moderação de conteúdo quanto no que diz respeito a anunciantes. Mas antes da troca de comando na big tech, concluída em outubro de 2022, a rede já havia desativado seu Centro de Transparência de Anúncios, onde era possível, até janeiro de 2021, consultar campanhas de políticos na rede social.

No último ano de eleições municipais, 2020, os candidatos gastaram R\$ 36 milhões em impulsionamento de conteúdos na internet, segundo dados levantados pelo GLOBO. O X Twitter não figurava naquele ano no top-3 de maiores ganhos. Ocuparam o topo do ranking o Facebook, que também administra o Instagram; a Adyen, fintech responsável pelo sistema de pagamentos da plataforma, e o Google.

TAMANHO DO IMPACTO
Especialistas ouvidos pelo GLOBO consideram incerto o tamanho do impacto das restrições a anúncios pagos na internet nas eleições. Para o marqueteiro político Paulo Vasconcelos, que trabalha com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), as campanhas nas redes sociais permitem que candidatos menos conhecidos cheguem ao período eleitoral com mais condições de competir.

— Sem isso, teremos um silêncio perturbador até 16 de agosto — disse, mencionando a data a partir da qual será permitida a veiculação de propagandas eleitorais.

Plataforma falha em barrar desinformação, diz estudo

Trabalho da FGV mostra que Google permitiu publicidade contra próprias regras

GUILHERME CATTANO
guilherme.cattano@fgv.br

Um relatório da Faculdade Getúlio Vargas (FGV) aponta que o Google falha em barrar conteúdo com desinformação eleitoral e discurso de ódio em sua plataforma de publicidade e anúncios.

O estudo, que faz parte do projeto Mídia e Democracia, propôs analisar se os mecanismos de moderação de conteúdo

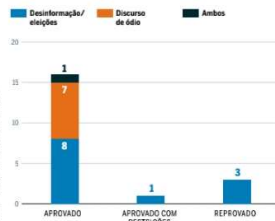
usados na revisão dos anúncios submetidos ao Google Ads para veiculação no YouTube falham em aplicar as próprias políticas no país. O sistema se mostra incapaz de impedir publicações nocivas.

Pesquisadores da FGV Direito Rio veicularam 38 peças publicitárias ao longo do mês de abril em ataques ao sistema eleitoral e outras abordagens teóricamente vetadas pela plataforma por estarem

em desacordo com as políticas da empresa. Quase todas elas (tanto em português quanto em inglês) passaram no filtro do Google e foram autorizadas. Mas não chegaram a ser publicadas porque foram programadas para uma data futura, a fim de "evitar qualquer divulgação prematura e inadvertida dos vídeos".

SISTEMA ABURLADO
Com relação ao conteúdo em português, foram aprovadas

ANÚNCIOS EM PORTUGUÊS SUBMETIDOS AO GOOGLE ADS POR TEMA



os vetos — e deu certo.

"Em relação às três submissões de anúncios reprovadas pela plataforma, todas faziam menção direta a figuras notórias da política nacional e de espectros políticos diferentes, associados à desinformação. Em um segundo momento, no entanto, os utilizamos a técnica de alusões: esses mesmos anúncios foram aprovados sem qualquer restrição. Tal contradição demonstra a não detecção pelo sistema de uso de uma técnica já conhecida e bastante disseminada para burlar a moderação de conteúdo", diz o relatório.

A respeito do único anúncio

palavras, contexto e termos ofensivos a grupos socialmente marginalizados.

ANÚNCIOS BLOQUEADOS
Procurado, o Google respondeu que tem políticas "robustas" que proíbem anúncios contendo declarações comprovadamente falsas ou discurso de ódio que possam prejudicar a participação ou a confiança no processo eleitoral ou democrático.

"Usamos uma combinação de inteligência artificial e revisores humanos para aplicar nossas políticas em escala e, todos os anos, temos detectado e bloqueado bilhões de anúncios antes que eles sejam exibidos para qualquer pessoa. Quando detectamos anúncios que violam nossas políticas, agimos imediatamente".

O Google Ads ganhou o noticiário duas semanas atrás, quando decidiu proibir qualquer conteúdo cadastrado como anúncio político-eleitoral em sua plataforma. A decisão foi tomada após o TSE atualizar sua resolução para as eleições de 2024 e ampliar o conceito de "conteúdo político-eleitoral" que estaria vetado antes da campanha.

O episódio levou a um debate sobre os impactos dessa decisão na comunicação política nas eleições municipais deste ano e expôs a indisposição das plataformas de investimento em moderação.

Carolina Joias
COMPRO JOIAS EM OURO
OURO, JOIAS ANTIGAS - PRATA, BRILHANTES, RELOGIOS DE LURO
PLATINA - MARFIM, MOIDAS EM GEMA, ANTIGUIDADES, QUADROS
ESCULTURAS - OBRAS DE ARTE - PRATA
(VENDA, CONSERVACAO, FABRICACAO DE JOIAS EM GERAL)
ESCRITA SIMPLIADA PARA ACESSO RÁPIDO
COM CREDIBILIDADE HA 34 ANOS NO MERCADO
*NÃO VENDA ANTES DE NOS CONSULTAR
*CURSO ONLINE
*PARO NA RUA
*ATENDIMENTO EM DOMICÍLIO
Shopping Cidade Copacabana - Copacabana
Rua Figueiredo da Magalhães, 389 - Térreo - Laje 82
Shopping Casimiro Alencar - Copacabana
Rua Francisco de Paula, 20 - Térreo - Laje 8, 117 e 234
carolinajoiasoficial | www.carolinajoias.com.br
98059-7801 | 97946-2930 | 3988-3985 | 2235-8289